

PROJETO DE LEI Nº ____/2022

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6459/2014 do Município de Natal que Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o Patrimônio Cultural Natalense, cria o Programa Municipal do Patrimônio Imaterial e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NATAL, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Natal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º contará com os § 4º com a seguinte redação:

§4º - o Programa Municipal do Patrimônio Imaterial do Município do Natal, com as seguintes finalidades:

I - conhecer, identificar, inventariar e registrar as expressões culturais da Cidade do Natal como Bens do Patrimônio de Natureza Imaterial;

II - apoiar e fomentar os Bens do Patrimônio de Natureza Imaterial registrados, criando condições para a transmissão dos conhecimentos a eles relacionados no âmbito do Município;

III - criar incentivos para a promoção de uma rede de parceiros que possam contribuir para a realização dos objetivos do Programa;

IV - apoiar e fomentar a salvaguarda, o tratamento e o acesso aos acervos documentais e etnográficos, franqueando, quando possível, sua consulta a quantos dela necessitem;

V - apoiar a realização de estudos e pesquisas relacionados ao tema do Patrimônio de Natureza Imaterial;

VI - desenvolver programas de educação patrimonial visando a valorização e difusão do Patrimônio de Natureza Imaterial;

VII - considerar a indissociabilidade entre as dimensões materiais e imateriais do Patrimônio Cultural;

VIII - estimular o fortalecimento de grupos sociais para preservação do seu próprio patrimônio cultural material;

IX - fortalecer a preservação do patrimônio cultural imaterial de povos e comunidades tradicionais, enquanto grupos portadores de referência à identidade, à ação e à memória.

Art. 2º Ao art. 2º serão acrescidos os seguintes parágrafos e incisos:

§1º Para os fins previstos nesta Lei será considerada a Cultura Popular que entende-se por:

I - Cultura Popular e Tradicional: conjunto de criações fundadas na tradição, que emanam de uma comunidade cultural, expressas por um grupo ou por indivíduos, e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social, bem como as normas e os valores que são transmitidos oralmente, por imitação ou de outras maneiras;

II - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos e comunidades que possuem características comuns, como a manutenção das tradições e do respeito à ancestralidade, e que se reconhecem como tais, possuindo formas próprias de organização social, com ocupação e uso de territórios ou recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

III - Territórios Tradicionais e Culturais: espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, e das manifestação das expressões culturais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária;

IV - Cultura das periferias: manifestações artísticas e culturais provenientes das periferias, geográficas ou simbólicas, não enquadráveis como eruditas.

Parágrafo único. A definição do inciso I compreende como formas da cultura popular e tradicional, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes.

§2º Esta Lei estabelece ações de salvaguarda e valorização das culturas populares e tradicionais, suas manifestações artísticas, suas festas e seus territórios, com objetivo de assegurar, no âmbito municipal, a continuidade e a preservação do patrimônio cultural imaterial, envolvendo:

- I - garantia da liberdade de expressão cultural;
- II - proteção contra qualquer forma de censura ou criminalização do exercício das expressões culturais;
- III - valorização de mestras, mestres e artistas das culturas tradicionais;
- IV - autonomia para determinação de locais e horários tradicionais das festas, brinquedos e ensaios, dispensada emissão de autorização pelo poder público local;
- V - curricularização da cultura popular tradicional na educação pública da rede municipal;
- VI - promoção do repasse intergeracional de saberes e práticas das culturas populares tradicionais, em especial aquelas marcadas pela oralidade ou formas não escritas de registro;
- VII - apoio à preservação e ao uso sustentável do patrimônio histórico, cultural, natural e artístico em suas dimensões material e imaterial;
- VIII - fomento a grupos locais e de diferentes formações étnicas e populacionais;
- IX - incentivo à transversalidade da cultura popular nas políticas públicas de meio ambiente, saúde, direitos humanos, ciência, turismo, educação, economia solidária e outras dimensões sociais;
- X - preservação e respeito aos espaços de povos e comunidades tradicionais de matriz afro-ameríndia, indígena e dos povos ciganos e das sedes dos grupos de cultura popular e tradicional;
- XI - preservação e valorização da memória de grupos, agremiações e coletivos de cultura popular;
- XII - apoio à manutenção das sedes dos grupos e agremiações culturais e grupos similares, fortalecendo a cultura em seu território de criação;
- XIII - fomento e promoção das atividades de expressão, permanentes ou temporárias, durante todo o ano, de indivíduos, grupos, mestras e mestres criadores das culturas populares e tradicionais.

Art. 3º Ao art. 7º será acrescido o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único. O Poder Executivo poderá promover a inclusão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais reconhecidos no Município de Natal como temas transversais a serem trabalhados na Rede Municipal de Ensino e nos equipamentos de educação e cultura do município do Natal.

I - os saberes e fazeres tratados neste artigo poderão versar sobre conteúdos relativos aos diversos aspectos das Culturas Populares e Tradicionais, suas mestras, mestres, patrimônios vivos, patrimônios imaterial e material, a pluralidade cultural, suas características sociais, étnico-raciais, estéticas das diversas áreas das artes.

II - ensino transdisciplinar, em diálogo com outras disciplinas como Língua Portuguesa, Artes, História, História de Natal e do Rio Grande do Norte e Geografia;

III - realização de atividades extraclasse e aos finais de semana nas unidades de ensino, caso hajam;

IV – realização de atividades extraclasse, com visita aos Territórios Culturais, Territórios Tradicionais e às mestras e aos mestres;

V – a inclusão de conteúdos sobre as Culturas Populares e Tradicionais em todas as modalidades da formação dos profissionais da educação da Rede Pública Municipal de Ensino do Natal;

VI – incentivar que a programação anual dos equipamentos culturais, sociais e educativos do Município do Natal garanta a oferta de atividades relativas às Culturas Populares e Tradicionais, podendo incluir ações artísticas, ações de formação ou de formação de plateia para o segmento da cultura popular;

VII – incentivar, nos editais ou chamadas públicas relativos ao calendário cultural da cidade, seus ciclos, eventos, vivências, ações culturais e projetos realizados pelo Poder Público Municipal, a participação de representantes dos grupos e segmentos da cultura popular na elaboração de critérios e regulamentos de seleção e contratações artísticas, bem como garantirá transparência no processo de seleção de comissão julgadora e de apuração de notas em concurso para escolha e premiação de grupos e categorias artísticas da cultura popular;

VIII - o Poder Executivo Municipal apoiará a manutenção das sedes, dos grupos e agremiações culturais ou grupos similares, podendo, para tanto, conceder isenções fiscais e anistias tributárias, abrir linhas de

crédito e pagar auxílios financeiros, inclusive no que se refere ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

IX – a promoção garantida nesta Lei dar-se-á por meio da inclusão, ainda, dos artesãos e das artesãs nas programações dos ciclos, eventos, vivências, ações culturais e projetos realizados pelo Poder Executivo Municipal ou com aporte financeiro do Município do Natal, promovendo a oferta de atividades para formação e a qualificação das artesãs e dos artesãos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal,
Plenário Vereador Érico Hackradt – Palácio Padre Miguelinho,
Natal, 17 de maio de 2022.



**Brisa Bracchi
Vereadora PT**

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhoras Vereadoras e Senhores Vereadores,

A cultura é pilar importante da existência humana, da nossa condição enquanto ser social e da nossa identidade. A cultura popular e tradicional é base da identidade do povo brasileiro, nordestino e potiguar. As manifestações culturais relatam a nossa história, divulgam e fortalecem nossas riquezas materiais e imateriais. Mas, sobretudo, constituem nossa identidade como povo.

Apesar, porém, de cumprirem um papel social importantíssimo, por muitas vezes as culturas populares e tradicionais foram compreendidas como cultura de menor relevância e seus mestres e mestras tratados de modo indigno e desrespeitoso, sobretudo quando comparados os tratamentos dados em eventos a artistas brancos e reconhecidos àqueles dados aos mestres e mestras da cultura popular, muitas vezes negros, periféricos, o que revela o racismo estrutural ainda tão presente no Brasil.

Este projeto de Lei tem o objetivo de trazer para a legislação já existente no município a salvaguarda da cultura popular tradicional e de promover uma nova relação com o poder público municipal. Busca garantir dignidade e visibilidade às mestras, mestres, artistas e grupos das mais diferentes manifestações da cultura popular e tradicional.

A cultura popular de nossa cidade é marcada pela oralidade e pelo repasse geracional. Uma única geração em que o repasse de uma manifestação cultural não ocorra condena sua possibilidade de futuro. E sendo a cultura tutelada pela principiologia ambiental inerente ao meio ambiente cultural, impera o princípio da preservação: garantir a preservação da cultura popular, por meio do seu repasse, é dever do poder público.

Outrossim, a Constituição Federal, em seu artigo 216, trata sobre o patrimônio cultural brasileiro, que entre outros inclui nossas formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, e do papel do Estado em salvaguardar esses patrimônios. E uma das formas de garantir a proteção à nossa cultura é difundindo e garantindo o repasse às novas gerações. É pensando nisso o presente projeto insere dispositivos na Lei nº 06459/2014 dispositivos sobre a inclusão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais no patrimônio imaterial do Natal.

Assim sendo, conclamo aos nobres Vereadores e às nobres Vereadoras a aprovarem o presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Natal,
Plenário Vereador Érico Hackradt – Palácio Padre Miguelinho,
Natal, 11 de maio de 2022.



**CÂMARA
MUNICIPAL
DE NATAL**

**ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
GABINETE DA VEREADORA BRISA BRACCHI**

Brisa
Vereadora de Natal

**Brisa Bracchi
Vereadora PT**

**Gabinete da Vereadora Brisa Bracchi - PT
Câmara Municipal de Natal - Rua Jundiaí, 546, Tirol, Natal/RN
E-mail: brisabracchi13@gmail.com // vereadorabrisa@cmnat.rn.gov.br
Brizap: (84) 9 9854-0720 // Redes Sociais: @brisabracchi13**